

Título: O desafio da participação em uma associação na Amazônia brasileira.

Talita Ingrid Da Silva Talita Silva, Erica Cristina Almeida Lopes Erica Lopes y Tânia Guimarães Ribeiro Tânia Ribeiro.

Cita:

Talita Ingrid Da Silva Talita Silva, Erica Cristina Almeida Lopes Erica Lopes y Tânia Guimarães Ribeiro Tânia Ribeiro (2017). *Título: O desafio da participação em uma associação na Amazônia brasileira. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2686>



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO EM UMA ASSOCIAÇÃO NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA

Talita Ingrid da Silva¹

talita.ufpa@hotmail.com

Universidade Federal do Pará

Brasil

Érica Cristina Almeida Lopes²

ericalopescris@hotmail.com

Universidade Federal do Pará

Brasil

Tânia Guimarães Ribeiro³

ptolomeu@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Brasil

¹Graduada em Ciências Sociais e Mestranda em Sociologia (PPGSA-UFPA).

² Mestra em Sociologia (PPGSA-UFPA).

³Doutora em Sociologia, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A temática Ambiental juntamente com o enfoque participativo no contexto da Amazônia brasileira tem suscitado um importante campo de debate sobre a agência das mobilizações coletivas na constituição dos territórios das Unidades de Conservação (UC's). A formação das associações-mãe nesses espaços ambientalizados, ganha contornos diferenciados em função de ser posta, por demanda legal, na condição de principal interlocutora do Estado, suscitando questões sociológicas. O presente trabalho consiste na análise da atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), a partir da percepção de presidentes e associados, e visa analisar a atuação da associação na conformação de um território de gestão compartilhada. A ASSUREMACATA coloca-se como agente de fomento das relações virtuosas entre moradores e usuários da UC visando à conformação de ações comuns direcionadas a gestão compartilhada desse território ambientalizado. O estudo, de base qualitativa, foi realizado na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, no Estado do Pará. A pesquisa constituiu-se de entrevistas semiestruturadas com os presidentes e associados da ASSUREMACATA; acompanhamento de reuniões do Conselho Deliberativo (CD); e análise de documentos que amparam a gestão partilhada da Resex, tais como o Plano de Manejo e Atas do CD. A literatura sociológica problematiza a qualidade da ligação entre os atores para explicar diferenças em processos associativos, distinguindo a mera adesão formal da mobilização coletiva sustentada pelas suas articulações concretas e partilha de universos comuns, que em escala internacional apresentam diferentes desdobramentos. Decorridos 12 anos de sua trajetória (2005-2017) a associação é um *locus* privilegiado para a observação das estratégias sociais de participação dentro da Resex, refletindo os diversos interesses e as lutas que mobilizam os agentes sociais envolvidos na produção do território. Em função da heterogeneidade dos atores sociais envolvidos foi possível perceber conflitos inerentes a prática associativa: a luta em torno da distribuição de recursos de políticas públicas; o afrouxamento dos laços associativos em virtude da ausência de identificação de objetivos comuns; a atuação partidária das lideranças comunitárias e a interferência de atores de outras esferas sociais que reproduzem práticas clientelistas. Quanto às gestões dos presidentes da associação, constatou-se que a canalização de benefícios sociais é fonte de conflitos, pois a questão ambiental deixa de ser o foco principal, com a chegada de tais benefícios, as disputas se acentuam na partilha dos mesmos. O acesso aos recursos foi viabilizado pelos presidentes por alguns arranjos que se deram, considerando as relações de parentesco e compadrio, estas interações ocorrem frequentemente entre os moradores locais.

Palavras-chaves: Amazônia; Resex Marinha; Associação.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

THE CHALLENGE OF PARTICIPATION IN A BRAZILIAN AMAZON ASSOCIATION

The Environmental theme along with the participatory approach in the context of the Brazilian Amazon has raised an important field of debate over the agency of collective mobilizations in the constitution of the territories of the Units of Conservation (UC's). The formation of the lead associations in these environmentalized localizations, gain different contours as a result of being put, by legal demand, as the main interlocutor of the State, raising sociological questions. The present paperwork consists of the analysis of the activities by the Association of Users of the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve (ASSUREMACATA), based on the perception of presidents and associates, and aims to analyze the association's performance in shaping a territory of shared management. ASSUREMACATA places itself as an agent for fostering virtuous relationships between residents and users of the UC, addressing the conformation of common actions directed at the shared management of said territory. The qualitative study was carried out at the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, located in the city of Bragança, State of Pará. The research consisted of semi-structured interviews with the presidents and associates of ASSUREMACATA; follow-up meetings of the Deliberative Council (DC) and analysis of documents that support the shared management of Resex, such as the Management Plan and discussed records from the DC. The sociological literature problematizes the quality of the connection between the social actors to explain differences in associative processes, distinguishing the mere formal adhesion of the collective mobilization sustained by their concrete articulations and sharing of universes in common, that in international scale have different unfoldings. With its 12 years of progress (2005-2017), the association is a privileged locus for observing the social strategies of participation within Resex, reflecting the diverse interests and struggles that mobilize the social agents involved in the production of the territory. As a result of the heterogeneity of the social actors involved, it was possible to perceive conflicts inherent to the associative practice: the struggle over the distribution of resources of public policies; the loosening of associative ties in the absence of identification of common objectives; the partisan participation of community leaders and the interference of actors from other social spheres that reproduce conservative practices. As for the management of the association's presidents, it was found that the channeling of social benefits is a source of conflicts, since the environmental issue is withdrawn as the main focus of the matter. With the arrival of such benefits, disputes are accentuated among the sharing between them. Access to resources was facilitated by the presidents for some arrangements that took place, considering the relations of kinship and companionship, these interactions frequently occur among the local residents.

Keywords: Amazon; Marine Resex; Association.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Introdução

A concepção inicial sobre as áreas naturais protegidas advém do século passado, e tem origem nos Estados Unidos tornando-se modelo para todo o mundo. O objetivo destas áreas protegidas visava preservar a vida selvagem, que segundo os ambientalistas, chamados preservacionistas, se encontravam ameaçadas pela civilização urbano-industrial destruidora da natureza (DIEGUES, 2001). A ideia que prevalecia no passado era de que a única alternativa de proteção à natureza seria distanciá-la do homem, criando espaços protegidos direcionados apenas para a admiração de um mundo natural selvagem (DIEGUES, 2001; THOMAS, 1988)

No Brasil a legislação que cria os parques e reservas seguiu o modelo Norte Americano, através da qual realizou-se o remanejamento de moradores daquelas áreas naturais ocasionando vários problemas étnicos, sociais, econômicos, políticos e culturais (DIEGUES, 2001). A partir da década de 1930 iniciou-se a criação destas áreas protegidas no Brasil, sua implantação ocorreu principalmente em territórios litorâneos e em espaços de mata tropical úmida. Até a década de 70 foram criadas apenas quatorze áreas protegidas, sendo que a partir dos anos 70 há um grande impulso à implantação de Unidades de Conservação, somando ao fim da década de 90, sessenta e nove áreas protegidas implantadas em todo o Brasil (DIEGUES, 2001).

As lutas protagonizadas pelos seringueiros amazônicos, foram o principal condicionante do aumento expressivo na criação das Unidades de Conservação. Estes, começaram a se organizar como um movimento agrário nos anos de 1980, e na década seguinte conseguiram reconhecimento nacional, com a implantação da primeira Reserva Extrativista. Trata-se da reserva Alto Juruá, criada em 1990 no Estado do Acre, após a morte de Chico Mendes, líder sindical assassinado em 1988. Os seringueiros se tornaram protagonistas como movimento social, fato que pressionou o governo federal a implantar políticas públicas que atendiam, em parte, as necessidades do modo de vida desta população.

Almeida (2004) salienta que os seringueiros conquistaram direitos coletivos à terra e ao reconhecimento de sua identidade tornando-se, sobretudo, agentes políticos atuantes. Para



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Diegues (2001) as Reservas Extrativistas (Resex), entre todas as Unidades de Conservação, são as únicas que contemplam e favorecem a permanência das populações tradicionais no local. Sendo assim, o propósito das Resex é beneficiar socialmente as populações que já habitavam estas áreas, visando também à proteção das florestas e das águas. O autor observa que essas UC's surgem como alternativa de desenvolvimento sustentável nas regiões tropicais.

Nessa perspectiva, a temática ambiental juntamente com o enfoque participativo no contexto da Amazônia brasileira tem suscitado um importante campo de debate sobre a agência, tanto das instituições estatais, quanto das populações tradicionais na constituição dos territórios das Unidades de Conservação. O presente trabalho consiste na análise da atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) Bragança/PA, a partir da percepção de presidentes e associados, e visa analisar a atuação da Associação na conformação de um território de gestão compartilhada, bem como sua ação enquanto mediadora dos direitos das populações tradicionais.

2. A atuação da ASSUREMACATA: em foco o desafio da participação

O local de estudo apresentado neste artigo é a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, criada pelo decreto de 20 de maio de 2005, no município de Bragança/PA. É uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, possui área de aproximadamente 42 mil hectares (cerca de 20% da área total do município). As principais atividades extrativistas realizadas na Resex são a pesca e a retirada do caranguejo. A Reserva agrega 3 comunidades nos seus limites e mais 42 comunidades usuárias em seu entorno.

Ao longo da década de 90 a região Nordeste do Estado do Pará sofreu significativo reordenamento territorial, em função da criação de nove Resex marinhas em seu litoral. A emergência destas Unidades de Conservação foi impulsionada pela participação, acordos e alianças de representantes da sociedade civil com várias instituições. Na Resex Caeté-Taperaçu o apoio das instituições como a Emater⁴, Organizações Não Governamentais

⁴Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(ONGs), Igrejas Católica e Evangélica, ICMBio, Cáritas⁵, o grupo de pesquisa MADAM⁶, dentre outros, foram fundamentais para a consolidação da UC. O que demonstra o interesse e o jogo de relações que concorrem na construção deste território ambientalizado (LEITE LOPES, 2006).

Alguns moradores da Resex relataram que, houve considerável participação popular no movimento que ensejou a criação da Caeté Taperaçu. As lideranças receberam apoio financeiro e assessoria de diferentes organizações para a realização de viagens até a capital federal a fim de dialogar com representantes do governo federal e com outras lideranças das Reservas já criadas no Brasil. A rede de relações constituída entre esses atores sociais configuram a representação do território como espaço vivido, estruturante da vida cotidiana (ESCOBAR, 2005).

O protagonismo dessas reivindicações favorecem a manutenção da memória identitária, cultural e histórica. Para estas populações tradicionais, o direito legal ao território, pode significar a garantia do direito primário de existir cultural, política e ecologicamente (ESCOBAR, 2015). A partir desse contexto de efervescência política, a Associação dos Usuários da Resex Caeté-Taperaçu foi fundada em 8 de agosto de 2005, com a responsabilidade de representar os usuários da Resex. O estatuto rege que entre suas principais funções estão a de proporcionar aos seus associados uma forma de participação comunitária ativa e a de representá-los e defendê-los em seus interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais (ASSUREMACATA, 2005 - Estatuto da Associação, art.1, 2005.).

Desde a criação da Associação até o presente momento transcorreram três gestões. Nos relatos de seus dois ex-presidentes e o atual observou-se em suas falas que no presente a

⁵Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Recebe recursos financeiros e é ligada à Igreja Católica.

⁶Projeto MADAM (Mangrove Dynamics and Management) foi um projeto bilateral (Alemanha / Brasil) que propunha-se produzir as bases científicas para o gerenciamento de recursos do estuário do Caeté no Nordeste do Pará.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

principal atribuição exercida pela Associação é a captação e distribuição de direitos sociais através de políticas públicas (construção de casas para os extrativistas; bolsas para o aumento de renda e conservação ambiental; créditos para aquisição de apetrechos de pesca e eletrodomésticos). Este fato tem gerado conflitos de diversas ordens entre os associados e com outros atores sociais que se relacionam no território da Resex. Processo que produz indagações do ponto de vista sociológico sobre as dificuldades de se constituir espaços de participação em territórios ambientalizados (LEITE LOPES, 2006).

O envolvimento da ASSUREMACATA nos conflitos socioambientais originados da partilha dos direitos sociais conquistados com as políticas públicas é recorrente nas entrevistas realizadas. E são percebidos como um dos obstáculos à participação mais efetiva da Associação na cogestão. No entanto, reconhece-se também a sua atuação como possibilidade de garantia de direitos. Os relatos demonstram que os conflitos giram em torno de três dimensões que, necessariamente, se entrelaçam na luta cotidiana, configurando os conflitos socioambientais: a dos recursos materiais (partilha de casas, bolsas, créditos); a dos recursos naturais (demarcação dos locais de pesca e do extrativismo do caranguejo; delimitação dos instrumentos de extração dos recursos naturais); e nos espaços simbólicos da cogestão, como o CD, envolvendo a Associação e ICMBio. A percepção dos atores é que esses conflitos geram vários impasses, que estão além da atuação da ASSUREMACATA. Um exemplo a ser citado são os conflitos com os técnicos do ICMBio, no que tange a elaboração e operacionalização das políticas públicas previstas no SNUC, estas relações tendem a ser hierárquicas.

3. Gestão compartilhada: ASSUREMACATA *versus* ICMBIO

Após criada a Resex Caeté-Taperaçu, os usuários foram orientados a eleger seus representantes comunitários. Dessa organização e representação foram originados os comitês comunitários⁷, os pólos⁸ e a Associação dos usuários. Todos estes, com a função de

⁷Organização comunitária representativa dos extrativistas no Conselho Deliberativo, cujos líderes são eleitos pelas comunidades que compõe os pólos comunitários.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

representar os moradores no Conselho Deliberativo da Resex, presidido pelo ICMBio, órgão federal responsável pela gestão da Resex. A implantação de tais instâncias de participação ocasionou conflitos determinados pelas diferenças de conhecimento e de experiência em relação à novidade institucional da gestão partilhada, caracterizada por arenas que se distanciam da prática tradicional. Configura-se aí uma diferença *de saber e de poder* que gera a falta de reconhecimento da representação das populações tradicionais diante do conhecimento técnico-científico. Com base na literatura crítica à subalternização dos conhecimentos realizada pela ciência moderna (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005, MIGNOLO, 2003), podemos observar que a imposição do controle estatal direto sobre os povos, o território, a natureza e as culturas, sugerem a tripla dimensão da *colonialidade*: do poder, do saber e do ser, sob a forma da descaracterização dos saberes locais pelo conhecimento científico. Tal fato não significa a inércia dos representantes comunitários, mas a necessidade de constituição de estratégias renovadas e aprendizado social, na vivência com esses novos instrumentos

Em entrevistas realizadas com os dirigentes da Associação dos usuários da Resex Caeté-Taperaçu foi possível observar que a regulação social desempenhada pelo ICMBio no território da Resex, ocasiona disputas pelo poder e pelo controle da autoridade. Há vários relatos entre os usuários da imposição direta do controle estatal, fato que cria entraves nos espaços de participação da população neste território. Vale dizer que esse processo ãreflete questões de um processo histórico mais amplo, que no Brasil envolveu a mobilização de agentes sociais locais em busca do reconhecimento de suas reivindicações em defesa dos territórios e de seus conhecimentos⁸ (RIBEIRO, 2016. p. 263.).

Os impasses na gestão compartilhada emergem nas instâncias deliberativas da Resex, como o Conselho Deliberativo, presidido oficialmente pelo ICMBio e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na Reserva. No delinear da pesquisa, observamos que esse espaço

⁸ São formados por comunidades próximas geograficamente constituindo a base comunitária de representação no Conselho Deliberativo. Atualmente existem oito pólos na Resex Marinha de Caeté-Taperaçu.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

deliberativo congrega vários atores com articulações de poder verticais e estratégias diversas na defesa de seus projetos, ensejando um contexto de luta constante.

Representantes de três comunidades situadas dentro e no entorno da Resex reclamaram sobre as atuais reuniões realizadas pelo CD. Para eles, houve pouca mobilização dentro das comunidades para discutir as novas regras sobre a partilha dos recursos naturais de uso comum - o Acordo de Gestão⁹, que foi finalizado em julho de 2016. Não há divulgação e nem condução disponível para os moradores se deslocarem até a sede da Associação, dificultando dessa forma, o acesso a informação e a participação nos canais decisórios da Resex. A partir disso, é possível observar a ausência do ICMBio no pacto da cogestão, falhando na disponibilização de recursos (ex: ônibus para as comunidades), como também da divulgação de reuniões periódicas; assim como observa-se também, o distanciamento e a ausência de diálogo da Associação dos usuários com as comunidades.

Identifica-se também, a incompatibilidade de interesses dos gestores com as comunidades, fato que dificulta a cogestão na Resex. Neste sentido se compreende que a convergência do diálogo entre as instâncias deliberativas poderia proporcionar uma defesa mais eficaz das demandas dos moradores. A ausência de interesses comuns entre essas instituições deliberativas pode tornar inviável a resolução das questões que emergem entre as comunidades. Portanto, o ICMBio e a Associação dos usuários, para além de administrarem recursos financeiros poderiam atuar também, como as principais instâncias da cogestão que são, e no fomento de processos participativos e de inclusão. Recursos sociais e políticos que possibilitam aos atores sociais representados atuarem em defesa de seus interesses enquanto grupo social, e na desnaturalização de estruturas sociais que atrasam o avanço de conquistas efetivas. Tais instituições tem o compromisso de persistir no exercício da coparticipação na gestão da Resex.

⁹Documento que contém as regras discutidas e definidas pela população tradicional residente na Resex, o documento dispõe sobre as atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação do território e a preservação ambiental, regulamentando o uso dos recursos naturais e a ocupação do território da UC.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

4. Os desafio da gestão compartilhada na Resex Caeté-Taperaçu

Algumas ações de caráter coletivo desenvolvidas pela cogestão da Resex, mostraram-se promissoras quanto a construção deste território como espaço propício aos debates e a confrontações entre os atores. Segundo Teisserenc & Teisserenc (2014) os debates e ações que são articulados nesses territórios, são incorporados pelos atores como aprendizados para rimentar novas práticas e para facilitar o desenvolvimento de conhecimentos coletivos. Na Resex Caeté-Taperaçu, essa experiência coletiva, deu-se com a produção do Plano de jo¹⁰, que foi elaborado visando abranger a pluralidade de conhecimentos. O primeiro volume do plano -baseado em levantamento de dados técnicos e geográficos - enfatiza os recursos naturais da reserva; já o segundo volume atualiza aqueles dados, abrindo espaço para as formações dos moradores da UC, por meio de Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs). O atual presidente da Associação dos usuários, relata sua percepção sobre o Plano de Manejo:

A construção foi de comunidade em comunidade com o povo, nós nunca fizemos as coisas só nós, vamos sentar aqui com a Universidade, com o ICMBio e deixar o povo pra lá, não, o povo tem que ser sabedor (...) O Plano de Manejo em termos de população seria a conscientização, o Plano de Manejo no meu ponto de vista é uma aula pra que o povo tivesse a consciência da RESEX. Hoje se não tivesse o Plano de Manejo, não existia o mangal de Bragança pra Tracuateua. Então o Plano de Manejo veio justamente pra ajustar as coisas e botar na cabeça do povo que, nós economizando hoje, amanhã nós temos saldo. O Plano pra nós é excelente. Muitos companheiros já disseram, ah, o Plano veio lá de cima, não tem esse negócio de lá de cima. O verno não mandou o Plano de Manejo pronto pra nós (Atual Presidente da Associação dos usuários, 2015).

Segundo o entrevistado houve ampla participação e discussão para a elaboração do Plano de Manejo nas comunidades. A partir desse acontecimento, é possível observar a mobilização realizada pelos atores institucionais que compõem a cogestão da Resex, evidenciando que esta não se constitui somente de impasses. Quando realizada em consonância, revela-se

¹⁰Documento técnico que objetiva mapear o zoneamento e estabelecer as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais no território de abrangência da UC (SNUC, 2000)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como ganho para a autonomia das populações tradicionais residentes no território. São nessas práticas coletivas que os acordos de gestão são produzidos, com todas as dificuldades, contradições e inconsistências que podem ser expressas no seu interior. Pois, observa-se também os reclamos quanto ao Plano de Manejo não ser fiel ao conhecimento tradicional, dificultando o entendimento de regras técnicas e pouco flexíveis às ocorrências cotidianas, próprias do modo de vida das comunidades.

A operacionalização das regras de uso dos recursos naturais previstas no Plano de Manejo é um compromisso dos próprios moradores, ficando a cargo da associação dos usuários a fiscalização do cumprimento destas regras, na condição de representante das comunidades. Os técnicos do ICMBio desempenham também essa fiscalização, proibindo as práticas irregulares de retirada dos recursos naturais. Na proposta de operacionalização do Plano de Manejo, é possível depreender o jogo da legitimidade do poder tanto do Estado (ICMBio), quanto da comunidade (Associação).

Na fala do atual presidente da associação se observa dificuldades na gestão do ICMBio, dada as dificuldades em estabelecer o diálogo sobre a administração das regras de uso dos recursos naturais. O entrevistado afirma: "O ICMBio é o gestor da unidade da Resex, eu sou o gestor da Associação. O ICMBio é um órgão fiscalizador? É, mas eu também sou. Então nós temos que andar juntos" (Atual presidente da Associação dos usuários, 2015). No entanto, esta tensão não é um problema isolado dos atores sociais que conformam a Resex em questão, mas refletem as próprias dificuldades que encontramos nas experiências de gestão compartilhada pelo País, como no funcionamento dos Conselhos Gestores (TATAGIBA, 2004) e das experiências dos Orçamentos Participativos (KUNRATH, 2006). Experiências que vem se consolidando e desafiando as proposições institucionais criadas com a constituição de 1988, baseadas na ação conjunta entre atores da sociedade civil e do Estado na elaboração e gestão das políticas públicas.

5. Considerações finais



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A partir do desenho empírico das relações estabelecidas no processo de gestão partilhada entre ASSUREMACATA e ICMBio, em particular, se buscou refletir sobre o desafio da participação em territórios *ambientalizados* (LEITE LOPES, 2005) para interpretar localmente o delinear do processo da cogestão em uma Reserva Extrativista na Amazônia Brasileira. Em função da heterogeneidade dos atores sociais envolvidos foi possível perceber conflitos inerentes a prática associativa: a luta em torno da distribuição de recursos de políticas públicas; o afrouxamento dos laços associativos em virtude da ausência de identificação de objetivos comuns; a atuação partidária das lideranças comunitárias e a interferência de atores de outras esferas sociais que reproduzem práticas clientelistas.

Quanto às gestões dos presidentes da Associação, constatou-se que a canalização de benefícios sociais é fonte de conflitos, pois a questão ambiental deixa de ser o foco principal, com a chegada de tais benefícios, as disputas se acentuam na partilha dos mesmos. O acesso aos recursos foi viabilizado pelos presidentes por alguns arranjos que se deram, considerando as relações de parentesco e compadrio, estas interações ocorrem frequentemente entre os moradores locais.

Em relação ao exercício da cogestão, destaca-se a percepção dos entrevistados quanto ao desempenho da ASSUREMACATA, para eles a associação encontra-se ineficiente pela falta de canalização de recursos materiais, o que tem gerado conflitos envolvendo não somente os moradores, como também as representações institucionais que compartilham a gestão da Resex. Os moradores reclamam da falta de organização no cadastro de beneficiários e ressentem-se de esclarecimentos sobre o funcionamento das políticas públicas para o território como um empecilho para o exercício efetivo da participação na defesa dos interesses dessas populações. Em contrapartida, é possível constatar por parte de alguns atores de outras esferas, que há certa permanência na manutenção de práticas conservadoras, refletindo um contexto maior de subalternização das populações tradicionais na Amazônia.

As políticas de conservação que balizam as regras para cogestão nessas Unidades de Conservação não reconhecem, na prática, os saberes das populações tradicionais, tolhendo sua autonomia para pensar o local com base nas suas experiências com o lugar (ESCOBAR, 2005). Dessa forma, podemos ponderar que a reivindicação da fala e da escuta desses grupos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

são centros relevantes do aprendizado político e intelectual contemporâneo. Como também, podem fomentar o desenvolvimento de espaços de debates críticos em torno da pluralidade e das diferenças de sentidos das experiências vividas, da legitimidade da representação social e das lutas por reconhecimento dos diversos saberes.

Sendo assim, o conflito pode ser apreendido nesse contexto como uma forma de socialização (SIMMEL, 1983), pois gera espaços propícios para a representatividade dos sujeitos, podendo resolver tensões nas sociabilidades. Nos conflitos circunscritos a Associação dos usuários da Resex Caeté-Taperaçu, observa-se que o elemento conflitivo preponderante consiste na partilha dos direitos sociais oriundos das políticas direcionadas à Resex. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações conjuntas são elaboradas na formatação de conflitos sociais incidentes sobre essas novas arenas públicas, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles. É importante considerar que os debates e ações que são articuladas nesses territórios, são incorporados pelos atores como aprendizados para experimentar novas práticas e para facilitar o desenvolvimento de conhecimentos coletivos. Neste sentido a participação destaca-se como estratégia fundamental na conquista dos direitos sociais.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais ó o caso do movimento por justiça ambiental. ESTUDOS AVANÇADOS24 (68),2010.

ABDALA, Guilherme; Saraiva, Nicholas; Wesley, Fábio. 2012. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista brasileira de ciências sociais, RBCS Vol. 19 nº. 55 junho/2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3. Ed. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DUSSEL, E. 2005. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: E. LANDER(org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, p. 55-70.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais ó perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires:ConsejoLatinoamericano de CienciasSociales ó CLACSO, 2005. pp.133-168.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora daUFMG, 2003.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Em: Lander, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO. 2005.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de õAmbientalizaçãoõ dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan/jun.2006.

Ribeiro, Tânia Guimarães. Limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação In: Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental / MariaJosé da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de SantoAna Júnior, Neide Esterci, Organizadores.- São Luís: EDUFMA, 2016.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação, 1983.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, M. J. S. *Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais*. Sociologia & Antropologia, v. 04, p. 97-125, 2014.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TATAGIBA Luciana. *Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: aprofundando o debate*. 2004.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 44-6, 1988.

KUNRATH, Marcelo Silva. *Sociedade civil e construção democrática: de maniqueísmo essencialista á abordagem relacional*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 156-179.